

US\$ 4 bilhões para o México

por Peter Montagnon
do Financial Times

Os principais bancos comerciais credores do México concordaram em desembolsar mais US\$ 4 bilhões para auxiliar o país a cobrir as necessidades de seu balanço de pagamentos em 1984.

O total é superior aos US\$ 3,5 bilhões propostos inicialmente pelos bancos, e reflete o desejo mexicano de reativar o abalado setor privado no próximo ano. O governo do presidente Miguel De la Madrid também deseja continuar a recompor suas reservas de divisas externas, em virtude dos vultosos pagamentos da dívida que vencem em 1985.

Uma delegação de alguns funcionários mexicanos deverá reunir-se novamente hoje com os principais bancos credores em Nova York, para finalizar os termos do crédito. Apesar do aumento em seu montante, o crédito deverá ter um prazo de vencimento maior e juros mais baixos que o empréstimo de US\$ 5 bilhões armado para o país em meados do semestre passado. O crédito será por seis anos, com uma taxa de 2,25% sobre o eurodólar ou 2,125% sobre a "prime".

TERMOS MAIS SUAVES

William Rhodes, executivo do Citi-

bank que preside a comissão de negociação dos bancos com o México, tem argumentado há alguns meses que o dramático progresso registrado pelo país no controle dos problemas do balanço de pagamentos neste ano justifica a concessão de termos mais brandos no empréstimo de 1984.

Mas, apesar da euforia generalizada quanto ao atual desempenho econômico mexicano, os banqueiros têm olhado para a frente com nervosismo, especialmente na segunda metade da década, quando os pagamentos da dívida deverão ser extremamente elevados.

As preocupações nesse sentido estão também sendo impulsionadas pelas expectativas da comunidade bancária de que o presidente Ronald Reagan anuncie um drástico corte nos créditos de "commodities" no orçamento para o ano fiscal de 1985, que começa em outubro próximo. Alguns acreditam que o programa de créditos de "commodities" poderá sofrer uma redução de US\$ 1 bilhão, após atingir US\$ 2,5 bilhões no presente ano.

Isso reduziria o montante dos créditos oficiais norte-americanos disponíveis ao México, assim como a outros países latino-americanos em dificuldades financeiras.